

3. O Serviço Social na divisão social do trabalho

No capítulo anterior, apresentei a discussão sobre o trabalho e o processo de trabalho no contexto das relações sociais capitalistas. A partir disso, verifiquei que o processo de trabalho e de produção de mercadorias é historicamente transformado, pois o sistema de valorização do capital, que anteriormente vinha se dando somente no âmbito da fábrica, vem se articulando com o setor de serviços. Dessa forma, para pensar o Serviço Social como trabalho, como profissão inserida no setor de serviços, é necessário levar em consideração tanto os elementos internos como os externos que estão ligados a sua inserção na divisão social do trabalho.

Conforme já indicado, compreendo o Serviço Social como uma profissão que se encontra inserida na divisão social do trabalho no setor de serviços. Seu surgimento como profissão se deu em razão das necessidades da sociedade capitalista. Nesse momento, o assistente social se situa como um participante da reprodução das relações sociais, no âmbito da contradição entre capital e trabalho:

O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana, processos esses aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes – a constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial – e das modificações verificadas na composição dos grupos e frações de classes que compartilham o poder de Estado em conjunturas específicas. É nesse contexto, em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, que emerge sob novas formas a chamada “questão social”, a qual se torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado (Iamamoto, 2003, p.77).

A partir da requisição do trabalho do assistente social, sua intervenção profissional passou a se desenvolver nas organizações estatais, empresariais e filantrópicas (sem fins lucrativos e com fins lucrativos), em atividades assistenciais, majoritariamente, através da execução direta de serviços sociais. Assim, o assistente social, ao ser inserido na divisão social e técnica do trabalho, como vendedor de sua força de trabalho, tem de atender às demandas constituídas pela instituição a qual está vinculado, e é isso que marca o seu perfil de assalariado.

Essa afirmativa se confirma com a análise dos dados colhidos na pesquisa realizada com os oito (8) assistentes sociais supervisores de estágio das unidades campo de estágio da PUC-Rio. Todos são trabalhadores assalariados, que se encontram inseridos no espaço público, privado ou do terceiro setor. Por estabelecerem uma relação contratual baseada no salário, verifica-se que apresentam uma relação semelhante às estabelecidas por outros trabalhadores assalariados, já que a natureza da relação é a mesma. Contudo, além das diferenças de vínculo, há diferenças contratuais que, certamente, causam impactos em seus processos de trabalho. Mas este fator não foi desenvolvido neste estudo, pois as respostas obtidas não trouxeram elementos que pautassem uma análise a esse respeito.

Para explicitar melhor o que está sendo abordado, apresento o Gráfico 1, que demonstra como estão distribuídos, bem como a natureza da instituição de trabalho dos oito (8) assistentes sociais entrevistados.

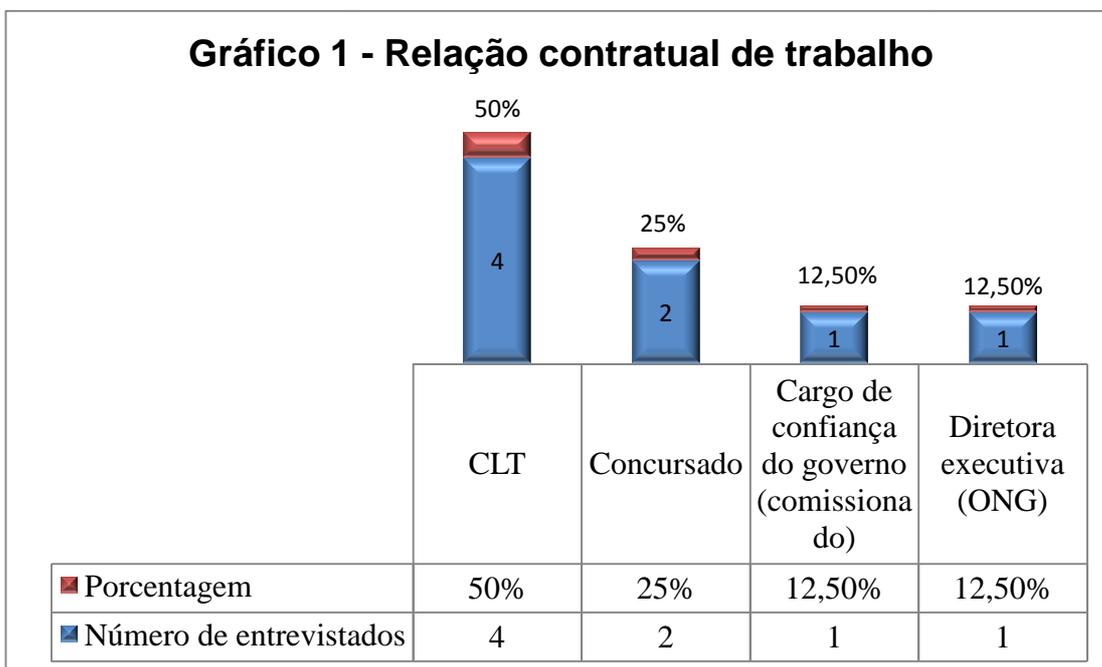


Gráfico 1.

Observe-se que, apesar de desempenharem a mesma função, quatro assistentes sociais estavam inseridos em instituições públicas, um em instituição privada e três em instituições do terceiro setor. Já no que se refere à política social desenvolvida nestes espaços, três instituições lidam com questões da política de assistência; duas de educação; duas de saúde e uma na de previdência social.

Percebo, então, que o Serviço Social como profissão se configura e (re)configura no âmbito das relações entre o Estado e a sociedade, fruto das transformações nos processos de produção e reprodução da vida social, que vem instituindo limites e possibilidades ao exercício profissional, condicionando as respostas profissionais dos assistentes sociais aos limites do sistema capitalista (Iamamoto, 2003). Constata-se que o propósito da inserção do profissional de Serviço Social nesses espaços sempre esteve ligado a um jogo de interesses políticos e ideológicos institucionais que acabam por desvalorizar os pressupostos de sua atuação. É o que se depreende nos depoimentos dos assistentes sociais entrevistados, na pesquisa de campo:

Na verdade, essa Instituição começou somente com voluntariado. Ainda é a maior parte. Quem toca realmente a Instituição são os voluntários. O Serviço Social entrou aqui justamente porque tinham questões que só o profissional realmente poderia estar atuando como o encaminhamento e o atendimento. O próprio atendimento tem que ser diferenciado do voluntário. Então eles começaram a ver essa necessidade do profissional. Essa questão de recursos eles também não tinham nenhuma noção, só tinham essa parceria com o hospital, que é público. Depois que o Serviço Social entrou aumentou a atuação da Instituição, pois a gente foi criando projetos para adolescentes, projeto de sala de espera e palestras (Entrevistado 1. Pesquisa de campo em 30 /09 /2009).

O Serviço Social se insere vinculado à lógica biologicista, uma lógica médica. Temos questionado muito esse modelo de atuação do Serviço Social que é dividido por enfermarias. Então você acaba trabalhando não com as especificidades da área do Serviço Social, levando em conta que no primeiro momento a atuação se dá pela especificidade da enfermaria. A gente tem discutido muito isso, sobre o que nós podemos fazer para mudar esse processo de trabalho (Entrevistado 7. Pesquisa de campo, em 17 /12 / 2009).

Esse fato demonstra o caráter contraditório dos espaços de inserção do assistente social. Ademais, ficam claros os rebatimentos dos interesses políticos e ideológicos das instituições no seu trabalho. Trata-se de uma questão bastante complexa, pois, ao ter sua intervenção na atualidade, direcionada para a defesa dos direitos da classe trabalhadora³⁶, como lidar com essas contradições? Importante lembrar que também são trabalhadores, que sofrem as conseqüências da precarização do trabalho, seja ela no espaço público ou privado.

³⁶ Tomo como referência o atual Código de Ética, de 1993.

Ainda de acordo com Iamamoto (op. cit.), embora o Serviço Social seja regulamentado como uma profissão liberal, o assistente social não tem total autonomia (técnica e socioeconômica) para realizar as suas atividades independentemente.

É importante salientar que o Serviço Social tem um significado social contraditório na sociedade capitalista, pois embora tenha como usuário o trabalhador, é demandado também pelo capital para atender a seus interesses de classe. Iamamoto (op.cit.) indica que essa concepção de contradição na profissão ocorre porque o movimento de reprodução do capital, entendido como uma relação antagônica entre a burguesia e o proletariado, é que determina a realidade vivida e representada pelos indivíduos na sociedade contemporânea. Assim, a reprodução das relações sociais está intimamente ligada à reprodução do capitalismo e, conseqüentemente, a profissão de Serviço Social também, já que esta é demandada em determinadas conjunturas históricas para atender a interesses divergentes entre as classes.

Para Iamamoto (2004), o assistente social aparece como o profissional da coerção e do consenso nas relações entre instituição e “clientela”, pois tem sua ação direcionada ao campo político, uma vez que é solicitado para atuar nas organizações públicas e privadas, em atividades assistenciais, através da execução de programas sociais.

Conforme expõe a autora, essas atividades assistenciais se tornam mais intensas nos períodos de crise do capital, principalmente para responder ao processo de organização da classe trabalhadora, e, assim, atenuar a crise. O assistente social é chamado justamente para mediar o conflito, por ser o profissional encarregado de prestar serviços sociais, mediante um suporte administrativo-burocrático das instituições às quais está vinculado, exercendo, sobre a classe trabalhadora, ações de cunho educativo, moralizador e disciplinador.

No Brasil, os modelos de políticas sociais nasceram na década de 1930, período em que também se vivenciou, mundialmente, a crise estrutural caracterizada pela recessão econômica iniciada em 1929. No período compreendido entre 1930 e 1960, a conjuntura da crise condicionou o governo brasileiro a implementar encargos, além de fomentar o desenvolvimento de

instituições de políticas sociais para administrar a questão do trabalho (Faleiros, 2007).

A partir de 1930, no governo populista do presidente Getúlio Vargas, a classe trabalhadora brasileira obteve uma série de “benefícios” sociais, cujo objetivo era abrir o país para o capital estrangeiro e desenvolver a industrialização. Assim, o governo Vargas delineou diretrizes para adequar as leis e a sociedade a esta nova fase, servindo de interventor, apaziguador e controlador das lutas de classes.

Portanto, o Estado, para conseguir a adesão da classe trabalhadora, incorpora, no plano político, o atendimento de um mínimo de condições de reprodução da força de trabalho, que não afeta as relações de exploração, contribuindo para amenizar os conflitos entre as classes sociais, de forma a tornar disponível e operável a força de trabalho.

Nesse contexto de enfrentamento da questão social pelo Estado, por empresários e pela Igreja Católica, ocorreu a profissionalização, institucionalização e legitimação do Serviço Social como profissão.

A origem do Serviço Social no Brasil está, portanto, localizada na emergente sociedade de 1930, em uma conjuntura peculiar do desenvolvimento capitalista, marcada por conflitos de classe, pelo crescimento da classe operária e pelas lutas sociais contra a exploração do trabalho e pela defesa dos direitos de cidadania.

Nesse sentido, a natureza da profissão é mais político-ideológica do que econômica, e o papel intelectual do assistente social é o de controle e disciplinamento dos trabalhadores, tanto no local em que trabalham como em sua vida privada, familiar.

Dessa forma, a profissão, em seu desenvolvimento até os anos de 1960, não teve nenhum debate em evidência que ameaçasse o bloco hegemônico conservador que dominou tanto a produção do conhecimento como as entidades organizativas³⁷ e o trabalho profissional. Alguns assistentes sociais com posições

³⁷ A primeira entidade da categoria dos assistentes sociais foi criada em 1940 e foi a Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS), que tinha seções em quase todos os estados brasileiros. A Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS) foi criada em 1946. As demais entidades surgiram a partir de meados dos anos 50 e 60 e foram: associações profissionais e sindicatos, o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS) e o Conselho Federal e Conselhos Regionais de Assistentes Sociais, em 1962.

progressistas questionavam a direção do Serviço Social, mas, no entanto, não tiveram condições de alterá-la. Contudo, como veremos nas discussões seguintes sobre a profissão, nos anos de 1960, essa posição começou a se modificar, surgindo no interior da profissão questionamentos sobre o seu conservadorismo. Entretanto, essa discussão não surgiu de forma isolada, mas com respaldo das questões levantadas pelas ciências sociais e humanas, principalmente em torno da temática do “desenvolvimento” e de suas repercussões na América Latina³⁸.

Na ótica das demandas, é impresso certo perfil à prática profissional do assistente social nas ações de planejamento, de execução e de viabilização dos serviços sociais à população. No âmbito institucional, lhe é atribuído o poder de selecionar, de esclarecer os direitos e os serviços, de explicitar os deveres, de integrar, de mediar conflitos, de persuadir, de mobilizar, de distribuir auxílios materiais e de atender às solicitações da população. Então, conforme ressaltado por Yamamoto (2004), sua prática é voltada para uma linha de integração da população aos organismos institucionais, através dos quais se exerce o controle social.

Dentro da perspectiva adotada neste trabalho, entendo serem as respostas profissionais que dão legitimidade à profissão. Essas respostas estão sempre relacionadas a uma determinada época e para uma determinada realidade. A partir disso, nesse contexto, entendo ser necessário considerar as várias respostas profissionais dadas às demandas na trajetória histórica da profissão, visto que há diferentes perspectivas, sendo elas conservadoras e críticas, no interior do Serviço Social.

No que tange à realidade brasileira, Yamamoto (op.cit) destaca três vertentes que existiram na trajetória da profissão que são: a herança conservadora, a reatualização conservadora e a intenção de ruptura. Assim, é de suma importância destacarmos o período de cada uma, analisando as respostas e os projetos profissionais da categoria nesses períodos.

Conforme visto, o Serviço Social surge no Brasil nos anos de 1930, frente ao chamado Estado Novo, na emergente sociedade urbano-industrial. A profissão aparece, então, como parte do movimento social da Igreja Católica para responder

³⁸ Na América Latina a crítica ao Serviço Social se explicita com o “movimento de reconceituação”, a partir de 1965, cujo eixo de debate centrava-se na contestação do Serviço Social importado, com práticas assistenciais e ajustadoras.

à questão social, considerada, naquela época, uma questão moral e religiosa, sendo, portanto, tratada como caso de polícia³⁹.

Posterior à Igreja, o Estado também é levado, pelas contingências políticas e econômicas, a intervir na questão social. Desse modo, o Serviço Social, originariamente de base confessional, emerge como um movimento de cunho reformista-conservador e centra sua prática na comunidade, na família e na individualização dos casos sociais, objetivando reformar o homem dentro da sociedade através de atividades de diagnóstico e classificação da população “cliente”.

Nos anos de 1940 e 1950, com a institucionalização do Serviço Social, a questão social, expressão das desigualdades decorrentes do aprofundamento do capitalismo, passa por grandes mudanças. É nesse contexto que a profissão ganha legitimidade vinculada à expansão das grandes instituições assistenciais. Com isso, amplia-se o mercado de trabalho para a profissão.

De acordo com Yamamoto, o Serviço Social deixa de ser um instrumento de distribuição da caridade privada das classes dominantes, para se transformar, prioritariamente, em uma engrenagem de execução da política social do Estado e dos setores empresariais (2004, p.31).

Nessa direção, é alterada a “clientela” do Serviço Social e consolidada a profissionalização do assistente social, porém, são mantidas as características básicas de sua prática conservadora.

Aparentemente, o elemento conservador que perpassa o ideário do Serviço Social poderia ser considerado como único responsável pela sua persistência em definir “espaços” específicos para o mundo do trabalho: o homem adulto teria sua realização na esfera da produção; a mulher realizar-se-ia através de sua função no espaço privado do lar, exercendo um papel que se desdobraria nas funções de mãe e esposa; menores sob a estrita vigilância materna preparar-se-iam para desempenhar suas funções de trabalhadores no futuro (Backx, 1994, p.45).

Conforme ressaltado por Backx (op.cit) nos primórdios da profissão a família operária constituiu-se como alvo de intervenção do Serviço Social que, em

³⁹ É importante registrar que o surgimento do Serviço Social, no entanto, está vinculado as requisições da sociedade capitalista madura. Conforme ressalta Netto (2006, p.18) as conexões genéticas do Serviço Social profissional não se entretecem com a “questão social”, mas com suas peculiaridades no âmbito da sociedade burguesa fundada na organização monopólica.

função de seu objetivo de dignificação da pessoa humana, realizava uma ação educativa junto às classes populares, de passagem de valores ligados à ordem burguesa.

Portanto, o período caracterizado por Yamamoto (2004) como a herança conservadora do Serviço Social vai desde o surgimento do Serviço Social como profissão, na década de 1930, até o período posterior à institucionalização deste, exatamente, no ano de 1964, período chamado de “atualização da herança conservadora” e busca de “ruptura com a herança conservadora”. Nessa época, o projeto profissional hegemônico na profissão é de cunho conservador tradicionalista, de natureza positivista e funcionalista, sendo a intervenção profissional baseada nas metodologias do “Serviço Social de Casos”, “Serviço Social de Grupos” e “Serviço Social de Comunidade”, comprometida com a ordem social vigente, em função da política de modernização conservadora adotada pelos governantes do país.

De acordo com Yamamoto (2004), a atualização da herança conservadora traduz-se numa modernização da instituição Serviço Social “no sentido de dar suporte técnico à ação profissional” (p.32) e aproximar o discurso profissional aos “fundamentos da teoria da modernização presente nas Ciências Sociais”. Por um lado, há uma ênfase nos discursos dos assistentes sociais sobre a metodologia profissional (objeto, objetivos, métodos e procedimentos), em substituição à crítica da vida social da época. E, por outro lado, instaurou-se, ao mesmo tempo, no meio profissional uma tendência à psicologização das relações sociais que ultrapassavam as necessidades materiais em detrimento dos problemas existenciais do indivíduo, preservando, assim, o julgamento moral da “clientela” e a ausência de qualquer crítica que ultrapassasse os limites do sistema, utilizando-se do referencial fenomenológico.

Essa perspectiva implica a reafirmação e aprofundamento da subordinação do Serviço Social às necessidades da política estatal de dominação e controle das classes subordinadas e, portanto, a negação de qualquer veleidade crítica que ultrapasse os limites do sistema (Yamamoto, op.cit , p.35).

Cabe salientar que a busca de ruptura com o conservadorismo surge apenas em meados da década de 1960. É nesse período, que começam as

manifestações no meio profissional e os primeiros questionamentos ao projeto profissional conservador tradicional do Serviço Social, com as primeiras influências do Movimento de Reconceituação, vindas de outros países da América Latina, desencadeando um início de mudanças significativas na profissão numa conjuntura de aprofundamento do debate político na sociedade. No entanto, essas manifestações e questionamentos são apenas marginais, visto que não puderam ser caracterizados ainda como ruptura com a herança conservadora, uma vez que se situam nos marcos do humanismo e do desenvolvimentismo, não atingindo as bases da organização da sociedade, conforme expõe Iamamoto (2004):

A ruptura com a herança conservadora, expressa-se como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do assistente Social que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca colocar-se, objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade. Não reduz a um movimento “interno” da profissão. Faz parte de um movimento social mais geral, determinado pelo confronto e a correlação de forças entre as classes fundamentais da sociedade, o que não exclui a responsabilidade da categoria pelo rumo dado as suas atividades e pela forma de conduzi-la (p.37).

Essa ruptura tem como pré-requisito o reconhecimento pelo assistente social das implicações políticas de sua prática profissional. Essa posição implicou, por sua vez, a necessidade de enriquecimento do instrumental científico de análise da realidade social e o acompanhamento atento da dinâmica conjuntural.

Na década de 1980, período este de redemocratização do Brasil, período de efervescência política, aliado, posteriormente, à aprovação da Constituição Federal de 1988 (elevando as políticas sociais à condição de direitos de cidadania), levou parte da categoria profissional a pensar uma direção estratégica vinculada a um projeto de mudança da ordem social estabelecida, legitimada pelo pensamento de Marx e à luz da teoria histórico-crítica, em favor de um novo projeto societário.

Esse processo de intenção de ruptura irá se refletir na formação profissional com a implementação do currículo mínimo para os cursos de Serviço Social, em 1982, pela ABESS (Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social), bem como na reformulação do Código de Ética Profissional, com a promulgação do novo Código em 1986. No entanto, nos anos 1990, as idéias

neoliberais adentram no Brasil. Embora tardiamente, se comparado aos países de capitalismo central, este veio trazendo o desmonte de conquistas sociais obtidas com a Constituição Federal de 1988, causando impactos no desenvolvimento das políticas sociais, que vêm sendo delineadas pela tensão entre as conquistas constitucionais asseguradas pelo forte movimento social da redemocratização e a contra-reforma neoliberal⁴⁰.

As políticas de corte neoliberal – consagradas em 1990 pelo economista norte-americano John Williamson no chamado “Consenso de Washington”- caracterizam-se por “um conjunto, abrangente, de regras de condicionalidade aplicadas de forma cada vez mais padronizada aos diversos países e regiões do mundo, para obter o apoio político e econômico dos governos centrais e dos organismos internacionais. Trata-se também de políticas macroeconômicas de estabilização acompanhadas de reformas estruturais liberalizantes (Soares, 2003, p.19).

De acordo com Soares (op.cit), esse ajuste neoliberal veio a acarretar o desmonte de políticas sociais dirigidas aos mais pobres ou “excluídos”, como a assistência social, desmantelando um sistema previdenciário público, bem como a interrupção de um processo de construção e ampliação da seguridade social, baseada nos direitos de cidadania e no dever do Estado incorporados na saúde, na previdência e na assistência social.

Na realidade, foram os diferentes sistemas de seguridade social existentes na América Latina os principais alvos das “Reformas” neoliberais. A reforma da previdência ou do seguro social continua sendo “ponto de honra” de todos os acordos que o Fundo Monetário Internacional (FMI) faz com os governos dos nossos países. Na maioria deles, já foram substituídos os antigos sistemas públicos de repartição – de natureza coletiva e baseados na solidariedade intergeracional – por sistemas privados de capitalização fundados na capacidade individual de contribuição, forçando uma poupança que alimenta os interesses do capital financeiro (Soares, op.cit, p.38).

⁴⁰ A expressão contra-reforma é utilizada por Behring (2003, p. 213), em seu livro “Brasil em contra-reforma. Desestruturação do Estado e perda de direitos”, no qual a autora, com base em Mattoso (1999), expõe que a contra-reforma concretiza-se em alguns aspectos: na perda de soberania – com aprofundamento da heteronomia e da vulnerabilidade externa; no reforço deliberado da incapacidade do Estado para impulsionar uma política econômica que tenha como perspectiva a retomada do emprego e do crescimento, em função da destruição dos mecanismos de intervenção neste sentido, o que implica uma profunda desestruturação produtiva e no desemprego; e, em especial, na parca vontade política e econômica de realizar uma ação efetiva sobre a iniquidade social, no sentido de sua reversão, condição para uma sociabilidade democrática.

Na contemporaneidade o que vem se configurando com o ideário neoliberal é o chamado “*pluralismo de bem-estar*”. Segundo Pereira (2004), com o pluralismo de bem-estar, o Estado passa a transferir a sua função de garantir direitos de cidadania para a sociedade civil. A assistência social passa a ser provida pela família, pelos amigos próximos e vizinhos; pelas entidades filantrópicas ou as ONGs (Organizações Não-Governamentais), pelo mercado no oferecimento de serviços que são prestados de forma insuficiente pelo Estado. Não obstante o Estado continua como o seu principal provedor, já que os fundos públicos são utilizados, seja através de subsídios ou da isenção fiscal pelas entidades e empresas que fornecem tais serviços.

Daí a conclusão corrente de que, com o pluralismo de bem-estar, no campo da seguridade social houve um retorno do modelo bismarckiano de seguro social, construído na Alemanha no século XIX. Ou melhor, a seguridade social Beveridgiana, que extrapola o âmbito do seguro e incorpora os não segurados, foi substituída pelo modelo profissional bismarckiano, centrado no seguro e, conseqüentemente, nos contribuintes da Seguridade (Pereira, 2004, p.145).

Como podemos verificar, nos marcos da reestruturação dos mecanismos de acumulação do capitalismo globalizado, os anos de 1980 e 1990 foram anos adversos para as políticas sociais e se constituíram em terreno particularmente fértil para a entrada do ideário neoliberal no Brasil, que veio tirando a base dos sistemas de proteção social e redirecionando as intervenções do Estado em relação à questão social. Sua opção de intervenção social passa pelo apelo à filantropia e a solidariedade da sociedade civil e por programas seletivos e focalizados de combate à pobreza.

Estes novos tempos reafirmam, pois, que a acumulação de capital não é parceira da equidade, não rima com igualdade. Verifica-se o agravamento das múltiplas expressões da questão social, base sócio-histórica da requisição social da profissão. A linguagem de exaltação do mercado e do consumo, que se presencia na mídia e no governo, corre paralela ao processo de crescente concentração de renda, de capital e de poder. Nos locais de trabalho, é possível atestar o crescimento da demanda por serviços sociais, o aumento da seletividade no âmbito das políticas sociais, a diminuição dos recursos, dos salários, a imposição de critérios cada vez mais restritos nas possibilidades da população ter acesso aos direitos sociais, materializados em serviços sociais públicos (Iamamoto, 2005, p.18-19).

Neste sentido, a categoria profissional enfrenta o desafio de decifrar algumas lógicas do capitalismo contemporâneo, novas questões se colocam para o Serviço Social, seja na sua intervenção, seja na construção de conhecimentos. São questões ligadas às mudanças ocorridas no mundo do trabalho e nos processos desestruturadores dos sistemas de proteção social e da política social, conforme já abordado anteriormente.

Em primeiro lugar, para garantir uma sintonia do Serviço Social com os tempos atuais, é necessário *romper com uma visão endógena, focalista, uma visão “de dentro” do Serviço Social, prisioneiro em seus muros internos*. Alargar os horizontes, olhar para mais longe, para o movimento das classes e do Estado em suas relações com a sociedade; não para perder ou diluir as particularidades profissionais, mas, ao contrário, para iluminá-las com maior nitidez. Extrapolar o Serviço Social para melhor apreendê-lo na história da sociedade da qual ele é parte e expressão (Iamamoto, 2005, p.20).

O Serviço Social, na década de 1990, se depara com o desafio de compreender e intervir nas novas configurações e manifestações da questão social, que se expressam na precarização do trabalho e na precarização das condições de existência vivenciadas pelos trabalhadores na sociedade capitalista atual.

Novas temáticas e sujeitos colocam-se como eixo de debate para a categoria profissional, sendo colocada também em pauta a revisão curricular, cujo propósito era sintonizar a profissão com as mudanças ocorridas na sociedade brasileira.

Trata-se, pois, de um momento de mudanças significativas tanto no modo de organização das relações de produção e reprodução social, como nas formas de inserção do assistente social e nas demandas que lhes são colocadas. Assim, é necessário neste contexto, ser um profissional qualificado na execução, gestão e formulação de políticas sociais públicas, com uma postura crítica, e ao mesmo tempo, criativo e propositivo e não somente um mero executor de políticas sociais.

É notório, conforme já ressaltado nas páginas anteriores, que a relação Estado e sociedade vêm se modificando progressivamente na realidade brasileira. Em termos de acesso a direitos sociais, há importantes diferenças no período que antecede e no posterior à Constituição Federal de 1988, ou seja, os direitos sociais antes estavam vinculados à contribuição e, especificamente, à inclusão no

mercado de trabalho, excluindo o acesso de todos os não inseridos no mercado formal de trabalho. Isso trouxe ainda mais fragilização às classes populares, já vulneráveis por sua condição econômica e social.

Na passagem da década de 1970 para a seguinte foi possível demarcar o estabelecimento de novas relações entre o Estado e a sociedade. As desigualdades no acesso aos direitos sociais, a desorganização da rede de atendimento, a centralização do processo decisório e a diminuição dos recursos existentes, somados à conjuntura de crise econômica, colocaram em cena novos atores sociais que passaram a pressionar o Estado por políticas sociais mais equânimes.

As mudanças introduzidas pela Constituição de 1988 são resultantes da força organizada dos movimentos sociais que, em sua maioria, estavam ligados ao Partido Comunista Brasileiro⁴¹ e ao Partido dos Trabalhadores (PT)⁴². A partir destes movimentos se originou a universalização dos direitos sociais, alterando conseqüentemente o panorama da política social no país.

Diante do exposto, a análise empreendida vem levando em conta, como um de seus eixos principais, as modificações que ocorrem na sociedade, bem como seus impactos para a “classe-que-vive-do-trabalho” e a forma como isto vem se refletindo no trabalho do assistente social. Nesse cenário, confere-se, a partir da análise apresentada anteriormente sobre como se deu a inserção do Serviço Social nos espaços de atuação dos assistentes sociais entrevistados, que o assistente social continua sendo solicitado para dar respostas a situações de “enfrentamento” da questão social, que se agrava com o desenvolvimento do capital, através da execução de políticas sociais nas instituições públicas e privadas⁴³.

⁴¹ O Partido Comunista Brasileiro (PCB) é um partido político brasileiro de esquerda, ideologicamente baseado em Karl Marx e Friedrich Engels; e de organização baseada nas teorias de Lênin. Este foi fundado na cidade de Niterói, em 25 de março de 1922, por nove delegados, representando cerca de 73 militantes de diferentes regiões do Brasil.

⁴² O Partido dos Trabalhadores foi oficialmente fundado por um grupo heterogêneo, composto por dirigentes sindicais, intelectuais de esquerda e católicos ligados à Teologia da Libertação, no dia 10 de fevereiro de 1980, no colégio Sion, em São Paulo. O partido é fruto da aproximação dos movimentos sindicais a exemplo da Conferência das Classes Trabalhadoras - CONCLAT, que veio a ser o embrião da Central Única dos trabalhadores - CUT, grupo ao qual pertenceu o atual presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, com antigos setores da esquerda brasileira.

⁴³ No Brasil, as políticas sociais nasceram na década de 1930, período em que também se vivenciou, mundialmente, a crise estrutural caracterizada pela recessão econômica iniciada em 1929. No período compreendido entre 1930 e 1960, a conjuntura da crise condicionou o governo brasileiro a implementar encargos, além de fomentar o desenvolvimento de instituições de políticas sociais para administrar a questão do trabalho (Faleiros, 2007).

Ao investigar a inserção dos assistentes sociais nestes espaços, constatei, no que tange ao marco contemporâneo, que há mudanças na constituição do Serviço Social, advindas das modificações das relações entre Estado e sociedade civil. Pode parecer demasiada esta consideração, levando-se em conta a delimitação da amostragem⁴⁴ que utilizei para demarcar o meu campo empírico, mas esta já nos leva a diversas indagações sobre o perfil dos espaços de atuação estudados.

Com o levantamento realizado junto à coordenação de estágio do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio sobre os campos de estágio de 2009.1, foi traçado o perfil destes espaços, conforme se vê no Gráfico 2 e na Tabela 1, apresentados a seguir:

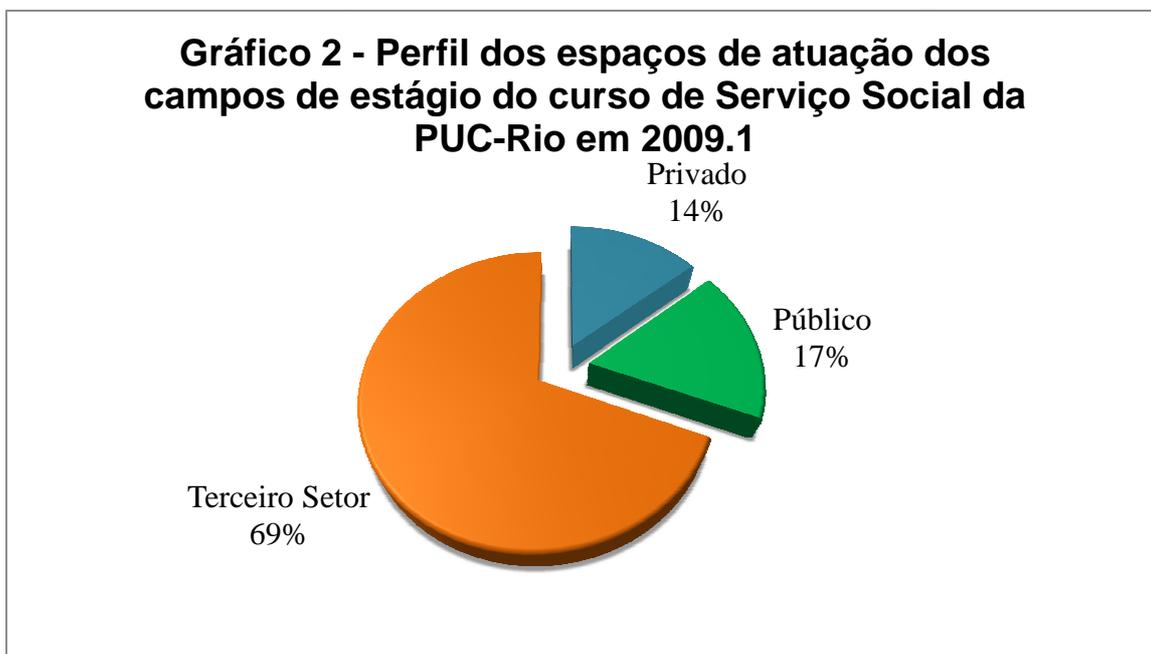


Gráfico 2.

⁴⁴ Esta foi delimitada a partir da pesquisa realizada sobre o perfil das instituições campo de estágio da PUC-Rio, em 2009.1. A amostra corresponde a oito (8) instituições pesquisadas, sendo 4 públicas e 4 privadas.

Tabela 1 – Distribuição dos campos de estágio do curso de Serviço Social da PUC-Rio em 2009.1

POLÍTICA SOCIAL	NATUREZA DA INSTITUIÇÃO		
	PRIVADA	PÚBLICA	TERCEIRO SETOR
Assistência	FESP (PUC-Rio)	Vila Olímpica Clara Nunes	Associação Santa Clara
			ASVI - Cidade de Deus
			Banco da Providência
			Casa Abrigo Betel
	Furnas		Dispensário São Vicente de Paulo
			Exército da Salvação
			Instituto Evangélico Augustinho
			Lar Fabiano de Cristo
			Novo Rumo
	Globo		ONG Casa de Joel
			Secretária da Casa Civil
			SOS Aldeias Infantis
			Superintendência de Proteção Social Especial
		União de Mulheres Pro Melhoramentos	
SUBTOTAL:	3	1	14
Assistência e Educação	-	-	Casa de Acolhida Marista
			Centro Lídia dos Santos
SUBTOTAL:	0	0	2
Assistência, Educação e Saúde	-	-	Instituto Nossa Senhora de Lourdes
SUBTOTAL:	0	0	1
Educação	-	Detran	Solidariedade, Amor e Liberdade
SUBTOTAL:	0	1	1
Jurídica	Escritório Modelo da PUC	Secretária de Estado de Administração Penitenciária	-
	Núcleo de Prática Jurídica PUC-RJ		
SUBTOTAL:	2	1	0
Previdência	-	Dataprev	-
SUBTOTAL:	0	1	0
Saúde	Clínica da Gávea	Instituto de Cardiologia (Hospital de Laranjeiras)	Ambulatório São Luiz Gonzaga
			Refazer (Parceria com Hospital Fernandes Figueira)
			Renascer (Parceria com Hospital da Lagoa)
			Responder (Parceria com Hospital Miguel Couto)
			Ressurgir (Parceria com Hospital Sales Neto)
			Reviver (Parceria com Hospital dos Servidores)
SUBTOTAL:	1	1	6
TOTAL:	6	5	24

A partir dos dados contidos na tabela 1 e no gráfico 2 ficou evidente que a maioria dos supervisores estava “alocada” no terceiro setor, com grande contingente de ONG’S⁴⁵ e OSCIP’S⁴⁶.

A análise desses dados leva a pensar que, embora não exista a redução de demanda por assistentes sociais, pode ser observado o reflexo da diminuição de postos de trabalho no Estado, mediante os cortes dos recursos orçamentários para as políticas sociais e um aumento de trabalhadores voluntários e de terceirização dos serviços. Isso de, certa forma, nos traz respostas ao por que as políticas sociais não vêm cumprindo seus objetivos de cobertura e reprodução ampliada das condições de vida da classe trabalhadora. Nesse sentido, uma hipótese que pode ser formulada diz respeito à forma que elas vêm sendo geridas.

O processo de globalização e as questões oriundas desse processo, como a exclusão social, têm apontado para um aumento dos segmentos sem cobertura para a reprodução social; diminuição do papel interventor do Estado no social e a utilização de tecnologias de gerenciamento de processos de trabalho nestas áreas. Isso, de certa forma, se encontra como determinante da configuração do processo de trabalho do Serviço Social, uma vez que o mesmo tem como foco de intervenção a questão social.

Com os elementos apontados até aqui, e os depoimentos e observações colhidos na pesquisa de campo, considera-se que uma das saídas para esse desafio posto aos assistentes sociais é que o profissional utilize a sua competência técnica, o conhecimento teórico-metodológico e o direcionamento ético-político profissional para desvendar os interesses antagônicos presentes na realidade e, assim, criar uma forma de lidar com as manifestações dos mesmos. Para isso, é

⁴⁵ As Organizações Não-Governamentais (ou chamadas de organizações não governamentais sem fins lucrativos) também conhecida por ONG’s, são associações que se declaram com finalidades públicas e sem fins lucrativos, que desenvolvem ações em diferentes áreas e que, geralmente, mobilizam a opinião pública e o apoio da população para modificar determinados aspectos da sociedade.

⁴⁶ As organizações que constituem o terceiro setor (Associações ou Fundações), podem ser qualificadas como OSCIP’s (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público). Com esta qualificação, podem remunerar seus diretores sem perder algumas imunidades tributárias, além de poder realizar Termos de Parceria com órgãos governamentais. Constituem importante alternativa para que a iniciativa privada intervenha de maneira organizada na sociedade, promovendo ações sociais, culturais ou assistenciais, o Estado brasileiro, de maneira compensatória, oferece-lhe benefícios fiscais.

necessário, utilizar a categoria mediação⁴⁷, para imprimir uma direção e qualidade à sua prática profissional, de forma a romper com as questões ideológicas que permeiam a sua atuação, bem como com as ações imediatistas das instituições. No entanto, as próprias características profissionais se constituem em desafios, pois, segundo Yamamoto (2005):

Em primeiro lugar, há que se considerar que o Serviço Social, ainda que regulamentado como uma profissão liberal, não tem esta tradição na sociedade brasileira em sua alocação no mercado de trabalho. Além de ser legalmente facultado o exercício independente da profissão, o Serviço Social dispõe de algumas características típicas de uma profissão liberal: a existência de uma *relativa autonomia*, por parte do assistente social, quanto à forma de condução de seu atendimento junto a indivíduos e/ou grupos sociais com os quais trabalha, o que requer o *compromisso com valores e princípios éticos norteadores da ação profissional, explicitados no código de ética profissional* (p. 95-96).

A partir disso, encontra-se como exigências para o exercício da profissão na contemporaneidade, o conhecimento teórico-metodológico, o compromisso ético-político e capacidade técnico-operativa. Estas devem se situar no desempenho das funções do assistente social, como a socialização de informações referentes aos direitos dos usuários, a elaboração de parecer social e a atuação na área de benefícios sociais.

Tal perspectiva reforça a preocupação com a *qualidade dos serviços prestados*, com o *respeito aos usuários*, investindo na melhoria dos programas institucionais, na *rede de abrangência* dos serviços públicos, reagindo contra a imposição de crivos de seletividade no acesso aos atendimentos. Volta-se para a formulação de proposta (ou contra propostas) de políticas institucionais criativas e viáveis, que alarguem os horizontes indicados, zelando pela eficácia dos serviços prestados. Enfim, requer uma *nova natureza* do trabalho profissional, que não recusa as tarefas socialmente atribuídas a esse profissional, mas lhe atribui um tratamento teórico-metodológico e ético-político diferenciado (Yamamoto, 2005, p. 80).

O desafio profissional é, pois, dentro desse espaço contraditório, direcionar sua ação para o atendimento das necessidades sociais dos trabalhadores e, ainda,

⁴⁷ A mediação, como categoria intelectual, permite, mediante um impulso do real à razão, construir categorias para auxiliar a compreensão e ação dos profissionais. Para a superação da dicotomia teoria-prática – tão ao gosto das formulações positivistas e neopositivistas que ainda encontram amplo suporte na prática profissional do assistente social, bastando verificar a alta credibilidade do dito “a teoria na prática é outra...” – necessário se faz retomar, no plano metodológico da dialética, como se processam as mediações teoria e prática e vice-versa (Pontes, 2002, p.165).

ampliar seu campo de trabalho através de sua competência técnico-operativa, respondendo as novas demandas de forma ética e comprometida com a defesa dos direitos dos trabalhadores.

Diante do exposto e tendo em vista a proposta deste estudo, no próximo capítulo abordarei o processo de trabalho dos assistentes sociais na contemporaneidade, onde retomo a discussão sobre as transformações ocorridas no mundo do trabalho e suas conseqüências para o Serviço Social, tendo como eixo analítico a supervisão de estágio no processo de trabalho do assistente social.